

ESTATÍSTICAS DAS PESSOAS SEM DOMICÍLIO NA FRANÇA: HISTÓRIA, MÉTODOS E RESULTADOS*

*Maryse Marpsat***

Resumo: No momento em que se prepara a próxima pesquisa nacional francesa das pessoas sem domicílio, prevista para o ano de 2012, este artigo relata a origem das primeiras pesquisas deste assunto, expõe o princípio de seu método e traça os principais resultados da primeira pesquisa nacional, realizada na França metropolitana em janeiro/fevereiro de 2001.

Palavras-chave: População em situação de rua. França. Pesquisa estatística.

Statistics of homeless people in France: stories, methods and results

Abstract: Just when the next French national research on homeless people is being prepared, scheduled for 2012, this article discusses the origin of the first researches on this subject, shows the principles of its method and outlines the main results of the first national survey, held in metropolitan France in January-February 2001.

Keywords: Metropolitan homeless people. France. Statistical survey.

Na França, o Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques (INSEE)¹ conduziu em 2001 a primeira pesquisa nacional europeia de uma amostra representativa de pessoas sem domicílio usuárias dos serviços de acolhimento e de distribuição de refeições quentes SD2001 (JOIN-LAMBERT, 2006). Uma pesquisa do mesmo tipo foi realizada na Espanha em 2005 (conduzida pelo Instituto Nacional de Estatística Espanhol, INE, em colaboração com o Instituto Basco de Estatística (EUSTAT), e a próxima pesquisa nacional francesa está prevista para 2012. A preparação dessa nova pesquisa é ocasião de rever a história da pesquisa de 2001, o método utilizado e os resultados obtidos.

A ORIGEM DAS PRIMEIRAS PESQUISAS

A pesquisa SD2001 se apoiou sobre os trabalhos pilotos do Institut National d'Etudes Démographiques (INED) (FIRDION; MARPSAT, 2000, 2007), tendo em vista que a primeira pesquisa sobre a população sem domicílio parisiense remonta a 1995 e se desenvolveu sob a égide do Conseil National de l'Information Statistique (CNIS).

* Tradução: Professora Maria Helena Rocha Antuniassi.

** INSEE/INED/ERIS/CMH FRANCE

¹ Instituto Nacional de Estatísticas e de Estudos Econômicos.

A POPULAÇÃO DE RUA: UMA PREOCUPAÇÃO INTERNACIONAL

Nos Estados Unidos, as pesquisas sobre a população de rua foram realizadas já nos anos 1980 (FIRDION; MARPSAT, 1994), depois do ano internacional da população de rua, decretado pela ONU em 1987 (*International Year of Shelter for the Homeless*). Esse tema emerge nos organismos internacionais no começo dos anos 1990; a Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Aabri (FEANTSA), fundada em 1989 e financiada pela Comissão Europeia, é encarregada por esta última de realizar um relatório anual sobre a população de rua (o primeiro foi publicado em 1992); o Conseil de l'Europe havia publicado, em 1993, um relatório sob o título *Les Sans Logis* (A população sem abrigo).

No começo dos anos 1990 a mídia francesa expunha regularmente as dificuldades das pessoas designadas como SDF (*sans domicile fixe*) em situação de rua, sobretudo no inverno. Nessa época, os relatos das pessoas moradoras de rua (SDF), as obras dos membros de associações de caridade e as entrevistas de jornalistas alcançaram certo sucesso.

Nos seus relatórios, as associações se interrogavam sobre o crescimento do número de pessoas em situação de rua ou sobre a evolução de suas características, pensando em um número cada vez maior de mulheres e jovens. A administração pública se preocupava, tendo em vista que essa população tinha se tornado objeto de debate, principalmente sobre a utilização do espaço público (DAMON, 2002).

Na sua análise de 2000, comunicações produzidas entre 1983 e 2001 pela agência France Presse, em que o título contém o termo “SDF” ou, ainda, “novos pobres”, “mendigos”, “vagabundos”, “sem abrigo”, “sem moradia”, “sem domicílio fixo,” Julien Damon revela que esse termo começou a ser utilizado pela imprensa somente a partir dos anos 90, em substituição a *clochard*. A essa mudança de termos corresponde uma mudança de representação, passando do *clochard*, visto como uma personagem folclórica, marginal, bêbada que, com frequência, escolhe essa situação, para a imagem da pessoa em situação de rua, “excluído”, sofrendo as consequências da situação econômica, vivenciando os problemas da falta de habitação e as dificuldades que “podem acontecer a todo mundo” e, assim, a situação passa para a esfera da ação pública.

O termo SDF impôs-se a partir de 1992, quando aumentou o número de citações pela imprensa, que passou de zero a duas vezes para 156 em 2002 (DAMON, 2002b).

PRIMEIROS ESTUDOS FRANCESES SOBRE A POPULAÇÃO DE RUA

Na França, foram os sociólogos e etnólogos os primeiros a construir uma problemática de pesquisa sobre a questão da população sem domicílio. O Plano urbano (Service de Recherche du Ministère de l'Équipement²) teve um papel chave, financiando vários programas sobre esse tema. O primeiro, em 1991, era intitulado “A população sem domicílio fixo no espaço público, algumas orientações de pesquisa”. As pesquisas escolhidas eram, essencialmente, conduzidas por sociólogos ou etnólogos.

Entretanto, os únicos dados estatísticos eram aqueles publicados pelo Ministère des Affaires Sociales,³ sobre as pessoas abrigadas nos centros financiados pelo Estado, dados disponíveis a partir de 1982. Em 1993, o Conseil National de l'Information Statistique – CNIS,⁴ uma espécie de fórum que reúne os usuários da estatística pública (pesquisadores, administrações, associações, sindicatos...) e os estatísticos dos serviços públicos, decidiu, tendo em vista a demanda das associações, criar um subgrupo temporário cuja missão seria que “a população de moradores de rua seria objeto, sob sua égide, de uma investigação metodológica, para preparar os caminhos para um melhor conhecimento dessas populações”.⁵ (MARPSAT, 2008a).

Nesse contexto o INED ressaltou os métodos particulares para uma primeira pesquisa junto da população sem domicílio “no sentido restrito”⁶ (FIRDION; MARPSAT, 2000; MARPSAT, 2008b), que se desenvolveu em 1995, em Paris, *intra muros*, com base em uma amostra representativa dos usuários dos serviços de acolhimento e de distribuição de alimentação. Essa pesquisa se inspirou naquelas desenvolvidas nos Estados Unidos, principalmente no Urban Institute, sobre as cidades de mais de cem mil habitantes (1987; ver BURT; COHEN, 1988), e no Research Triangle Institute, sobre a área metropolitana de Washington (1991 apud DENNIS; IACHAN, 1993).⁷

DO LEVANTAMENTO DO INED ÀQUELE DO INSEE

Uma nova geração de pesquisadores se interessou pelo tema a partir dos anos 1990. Em 1999 o PUCA lançou um segundo programa de pesquisa

² Serviço de Pesquisa do Ministério do Equipamento.

³ Ministério dos Negócios Sociais.

⁴ Conselho Nacional de Informações Estatísticas.

⁵ Programas estatísticos de 1994 a 1998, adotados pelo CNIS no curso de sua assembleia plenária de 29 de junho. CNIS, n. 13, jul. 1993.

⁶ Pessoa que dorme em centro de acolhimento para pessoas sem moradia, em abrigo precário ou em lugar não previsto para habitação (parque, estação de trem etc.).

⁷ Em francês, na linguagem popular, as expressões “moradores de rua” e “pessoas sem domicílio” (ou sem domicílio fixo-SDF) são, em geral, compreendidas como sinônimos. Assim sendo, quando se trata de pesquisa estatística,

sobre a população em situação de rua “Les SDF, trajectoires et politiques publiques”, que reuniu em torno de vinte equipes de pesquisadores, incluindo os estudos quantitativos, que terminou em 2003 com uma conferência internacional.

Em 1998 o INED conduziu uma nova pesquisa sobre os jovens sem moradia na região parisiense (MARPSAT; FIRDION; MERON, 2000; MARPSAT; FIRDION, 2001); o método de amostragem utilizado pelo INED em 1995 foi retomado várias vezes, a partir de 1996, por uma equipe de psiquiatras para a realização de uma pesquisa sobre a saúde mental e o acesso aos cuidados médicos da população parisiense sem moradia (KOVESSE; MANGUIN-LAZARUS, 1996); depois, em diversas pesquisas na França e na Espanha, junto à população sem domicílio ou outras populações de difícil acesso, como os usuários de drogas (pesquisas Coquelicot do Institut National de Veille Sanitaire, 2002-2004).

Esse método de amostragem e coleta de dados foi retomado e aperfeiçoado em 2001 pelo INSEE para sua pesquisa nacional (BROUSSE et al., 2006). Essa generalização, prevista desde a constituição do grupo do CNIS, foi decidida no momento de realização do recenseamento de 1999, a fim de compensar os limites do recenseamento relativo à população sem domicílio.

Em 2002, em parceria com o INSEE, o INED realizou dois estudos sobre as pessoas não incluídas pelo levantamento SD2001. A primeira, sobre a população sem moradia não francófona (contada, mas não entrevistada na pesquisa INSEE), a segunda, sobre as pessoas encontradas pelos serviços itinerantes, a fim de abordar os moradores de rua, quer dizer, aqueles que dormem em lugares não previstos para habitação e não considerados pela pesquisa SD2001, a não ser na medida em que eles frequentavam os lugares de distribuição de refeições (MARPSAT et al., 2004).

Enfim, em 2009, com um método bem parecido, a pesquisa Samenta (Santé Mentale et Addictions), junto à população sem domicílio da região parisiense, do Observatório do Samusocial de Paris e do Inserm, abordou, mais precisamente, as questões de Saúde Mental e de dependência da população sem domicílio, e a pesquisa “CHRS” (Centre d’Hébergement et de Réinsertion Sociale),⁸ do Observatoire Français de Drogues et des Toximanies,⁹ em colaboração com o Observatório do Samusocial, abordou o consumo de produtos psicoativos por pessoas residentes nos Centres

será denominado “sans abri” o morador de rua ou as pessoas que na véspera da pesquisa dormiram em lugares não previstos para habitação (rua, embaixo de escadas, automóveis...) e sem domicílio aquelas pessoas que dormiram seja num lugar não previsto para habitação, seja num serviço de acolhimento em dormitórios, quarto, hotel ou alojamento, que lhes foi designado por uma associação ou outro organismo de auxílio social.

⁸ Centro de Acolhimento e Reinserção Social.

⁹ Observatório de Drogas e Toxicomanias.

d’Hébergement et de Réinsertion Sociale – CHRIS, que constituem uma parte dos centros de acolhida.

A próxima pesquisa nacional junto aos usuários dos serviços de acolhimento e de distribuição de refeições será realizada em 2012 (SD 2012) e será conduzida pelo INSEE et INED, tendo em vista os mesmos princípios da pesquisa de 2001 SD, 2001; essa pesquisa (que está sendo testada no momento em que este texto está sendo escrito) deverá progredir em dois pontos: o conhecimento dos moradores de rua (pesquisando não só nos postos de distribuição de refeições de almoço e jantar, como em 2001, mas também, naqueles do café da manhã e em certos lugares abertos durante a noite, que não dispõem de leitos) e o conhecimento de pessoas de língua não francesa (por meio de um questionário auto-administrado de quatro páginas, traduzido em quatorze línguas).

O MÉTODO: AMOSTRAGEM, PARTILHA DE PESO

O método utilizado foi de amostragem indireta, mais precisamente de uma forma de amostragem denominada de “lugares-momentos” (*time-location sampling*). O princípio é o seguinte: considerando-se a população que frequenta certo número de lugares, pouco frequentados pelo resto da população em questão, como, por exemplo: os serviços de refeições, de acolhimento, de roupas limpas etc., procurados pelos sem domicílio, pode-se fazer uma lista exhaustiva desses lugares e, depois, selecionar uma amostra das populações que os frequentam. O método “du partage de poids” (MGPP) se aplica, em geral, à amostragem indireta (LAVALLÉE, 2002; 2007) permite estabelecer uma estimativa sem viés da população, levando em conta o fato que um indivíduo pode frequentar vários lugares e que essas diferenças de frequência, de uma pessoa a outra, induzem a probabilidades diferentes de inclusão na amostra (MARPSAT; RAZAFINDRATSIMA, 2010).

Para aplicar esse método no caso da população sem domicílio e dos serviços que eles frequentam, é preciso, então:

- estabelecer uma lista completa dos serviços frequentados e dos horários em que eles frequentam (hora de abertura, por exemplo, no caso de um serviço de refeições);
- selecionar uma amostra dos serviços por local/horário de frequência dessa lista (aqui serviço-dia);
- selecionar uma amostra de indivíduos considerando os serviços que elas consomem nos locais e horários selecionados (“nuitée ou répas”);
- calcular as ponderações corrigindo as diferenças entre indivíduos quanto à frequência nos locais, permitindo estabelecer uma amostra da população com base em uma amostra de serviços. Subsistem os seguintes problemas:
- estabelecer e atualizar a lista de serviços é um trabalho longo e custoso e as informações nem sempre são confiáveis;

- tem-se um viés de cobertura com relação às pessoas moradoras de rua que pertencem à população em questão, mas, entre as quais, algumas não frequentam ou frequentam muito pouco os serviços pesquisados;
 - o cálculo das ponderações dos indivíduos demanda a inclusão de questões específicas sobre a frequência dos serviços considerados, questões que apelam para a memória e podem dar lugar a respostas imprecisas; mas se não se leva em conta essa multiplicidade de utilização possível, têm-se, também, estimativas enviesadas;
 - os serviços podem apresentar problemas de coleta de dados: recusa dos gerentes, pequena permanência dos usuários etc.
- No gráfico 1, extraído de Ardilly e Le Blanc (2001) se encontra o cálculo das ponderações pelo método de “partage de poids”, no caso da enquete SD 2001.

OS PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA SD2001

A pesquisa SD2001 possibilitou várias análises que se encontram na bibliografia. Seguem-se aqui os principais resultados; para maiores detalhes, consultar as referências indicadas, sobretudo o número especial de *Economie et Statistique* sobre a população sem domicílio (n.391/392 de 2006, editada também em inglês) (PERETTI, 2006, 2008a e 2008b).

Os dados da população sem domicílio

Mesmo se a estimativa do número de indivíduos sem domicílio não tenha sido o principal objetivo da pesquisa SD 2001 – essa pesquisa pretendia principalmente conhecer melhor as condições de vida dos moradores de rua e sua história familiar, profissional e residencial, a pesquisa do INSEE permite fazê-lo. Embora essa pesquisa tenha tido por alvo os usuários francófonos de dezoito anos ou mais nas aglomerações de 20.000 habitantes ou mais, uma avaliação dos efetivos da população sem domicílio foi estabelecida, levando em conta os não francófonos, as crianças e o restante do território metropolitano.

Sobre o conjunto da França metropolitana, havia, assim, numa semana do meio do mês de janeiro de 2001, 63.500 adultos sem domicílio usuários dos serviços de ajuda, aos quais se juntavam 16.000 crianças e jovens de até dezoito anos, ou seja, uma prevalência de 1,35 por mil (BROUSSE et al., 2002a).

Os resultados abaixo se referem à população sem domicílio de dezoito anos ou mais, francófona, usuária dos serviços de acolhimento e de distribuição de refeições do meio dia ou da tarde, nas aglomerações de 20.000 habitantes ou mais na França metropolitana.

Situação de alojamento da população

Da população sem domicílio, entrevistada em janeiro/fevereiro de 2001, somente 8% eram de moradores de rua, quer dizer, haviam passado a noite anterior à pesquisa em um lugar não previsto para habitação. Em média, os moradores de rua haviam passado seis meses do ano 2000 nessa situação, o que não quer dizer que eles tivessem, necessariamente, um alojamento próprio o resto do ano: eles poderiam ter sido acolhidos por serviços de ajuda social, ter um quarto de hotel em momentos mais favoráveis ou ter compartilhado um alojamento de um amigo ou de um membro da família (BROUSSE et al., 2002b; BROUSSE, 2002a; PERETTI, 2008a e 2008b).

15% da população sem domicílio tinham passado a noite precedente à pesquisa num centro de acolhida onde não se pode ficar durante o dia (esses centros são frequentemente chamados de “centros de urgência”), 59% das pessoas acolhidas nos centros ocupavam quartos de três a nove pessoas e 13%, dormitórios de dez pessoas ou mais (Quadro 1). A instabilidade desse acolhimento não era muito favorável à retomada ou à procura de um trabalho e as condições de higiene e de segurança nem sempre eram asseguradas.

35% da população sem domicílio tinham dormido em centros onde se pode ficar durante o dia. As condições de acolhimento ali eram bem melhores, cerca de uma em cada duas pessoas sem domicílio dispunham de um quarto individual. Entretanto, eles deveriam, com mais frequência, pagar esse centro de acolhida.

37% da população sem domicílio tinham sido acolhidos em “studios” ou em apartamentos, esses alojamentos poderiam estar agrupados num mesmo edifício ou dispersos pela cidade. As condições do alojamento aí eram semelhantes às daquelas pessoas que viviam numa moradia comum. Em contrapartida, as pessoas que ocupavam um alojamento disponibilizado por uma organização de ajuda aos sem domicílio pagavam um aluguel médio de cento e dez euros.

Essas diversas situações não correspondem somente às condições de vida diferentes, mas, também, estão correlacionadas às características das pessoas e à sua frequência no sistema de ajuda. Assim sendo, “o recurso a um assistente social, a um médico ou a uma instituição social [era], com frequência, menos utilizado pelas pessoas que dormiam nos lugares não previstos para habitação (rua, abrigo de urgência) do que pelas pessoas abrigadas em centro ou em alojamento de ajuda.” (AVENEL; DAMON, 2003, p.1).

As características sócio-demográficas

Em 2001 a população sem domicílio era, em grande parte, constituída por homens (67%), era, em média, mais jovem que o restante da população, de um lado, porque as mortes precoces são, de fato, mais numerosas entre eles e, de outro, porque alguns dos mais idosos ficam a cargo de casas de repouso (fora do campo da pesquisa), onde eles podem encontrar um pequeno alojamento, graças à sua aposentadoria ou à subvenção “mínimo de velhice” ou, ainda, porque alguns estrangeiros teriam voltado ao país de origem.

Mesmo se limitando aos francófonos, os estrangeiros eram muito mais numerosos que no conjunto da população metropolitana (29% contra 8%). A população sem domicílio era, também, com mais frequência, constituída por pessoas sozinhas.

Essas características das pessoas em questão diferiam, também, segundo as situações de moradia descritas acima (tabela 2).

Contatos com a família e os amigos

Os sem domicílio são, sobretudo, de origem modesta, pois cerca de sete entre dez tinham pai empregado ou operário, contra pouco mais da metade das pessoas ocupando uma moradia comum.

Cecile Brousse (2006) ressalta que a infância da população sem domicílio tem sido marcada pelas dificuldades econômicas e familiares. Em 2001, uma em cada cinco pessoas havia deixado a casa dos pais antes da idade de dezesseis anos, ou seja, numa proporção seis vezes maior que no restante da população. Em quase três quartos dos casos o jovem é, em seguida, reencontrado e imediatamente colocado a cargo de uma casa de infância ou de uma família de acolhimento (FIRDION, 2006).

um terço conheceu as dificuldades econômicas antes dos dezoito anos, ou seja, três vezes mais que entre as pessoas ocupando uma moradia comum. A metade da população sem domicílio auxiliada¹⁰ foi marcada pela doença ou morte de um dos pais antes dos dezoito anos, taxa ainda três vezes mais elevada que no restante da população, e 40% da população sem domicílio viu seus pais se divorciarem ou se separarem na infância, contra 20% das pessoas em moradia comum. (BROUSSE, 2006b, p.36).

Apesar de tudo, os contatos com a família e os amigos subsistiam em numerosos casos. (tabela 3) (MONROSE, 2004). Patrick Peretti-Watel (2006) estabeleceu uma classificação ascendente hierárquica, segundo os contatos, e chegou a cinco classes: as três primeiras se distinguem pela

¹⁰ Frequentando os serviços de acolhimento ou de distribuição de refeições.

frequência dos contatos (seja semanal, seja mensal ou durante os últimos três meses do ano anterior). A quarta classe reúne as pessoas que tinham tido muito pouco contato, mesmo havendo parentes próximos, e a quinta, pessoas que não têm ninguém para contatar (parentes próximos mortos ou desconhecidos etc.) Essas duas últimas classes, aqueles que haviam perdido de vista as pessoas próximas ou que não as tinham, eram, sobretudo, homens sós e idosos, com idade superior a quarenta anos, aqueles que mantinham relações frequentes eram os jovens e mulheres.

As migrações

Constatou-se que a proporção de estrangeiros era grande entre a população sem domicílio. Segundo Cecile Brousse (2006b, p.38), havia entre a população sem domicílio, três vezes mais pessoas nascidas no Magreb ou em países da Europa do Leste e doze vezes mais pessoas vindas de países da África subsaariana, que entre os ocupantes de uma habitação comum. Havia, entre esses estrangeiros, pessoas solicitando asilo, isto é, que não haviam conseguido encontrar lugar em um Centre d'Acueil pour Demandeurs d'Asile – CADA,¹¹ ou, tempo para que as demandas fossem examinadas e eles fossem, portanto, acolhidos pelo sistema de ajuda às pessoas em dificuldade social, e outros, ainda, que não tinham os papéis necessários para ficar na França e, nesse caso, tinham acesso somente aos centros que não pedem esses papéis, mas, em contrapartida, solicitam que as pessoas partam pela manhã. Nos dois casos, a pessoa de nacionalidade estrangeira não tinha direito de trabalhar (no primeiro caso, em 2001), ela recebia uma “alocação de inserção”. As grandes crises globais deixam seus traços nos fluxos de imigrantes e, portanto, as nacionalidades presentes nas ruas variam. Para a pesquisa SD2012, foi decidido traduzir um pequeno dicionário auto-administrado para quatorze línguas, a fim de obter algumas informações sobre as pessoas que não podem responder a um questionário em francês.

Emprego

Seis em cada dez pessoas sem domicílio estavam desempregadas ou inativas (tabela 4) e perto de 10% não estavam autorizados a trabalhar (frequentemente estrangeiros demandando asilo, em geral, sem os documentos necessários). Três quartos dos desempregados e dois inativos sobre dez procuravam emprego. Entre a população sem domicílio inscrita como demandante na Agence Nationale para o Emprego, o tempo médio de de-

¹¹ Centro de Acolhida para as pessoas solicitantes de Asilo.

semprego era de vinte e três meses contra quatorze meses e meio entre a população em geral (segundo a pesquisa sobre emprego de março de 2001); de fato, algumas pessoas na população sem domicílio estavam há longo tempo desempregadas: cerca de 33% durante dois anos ou mais contra 18% na população em geral (PERETTI, 2008a, 2008b).

Três em cada dez pessoas da população sem domicílio trabalhavam no momento da pesquisa. Dentre aqueles que trabalhavam, nove em cada dez ocupavam empregos de operários ou de empregado (GUIOT DE LA ROCHÈRE, 2003). Metade da população sem domicílio não tinha nenhum diploma, o que tornava mais difícil o acesso aos empregos qualificados. Um em cada cinco trabalhadores ocupava um emprego em associações e sem contrato de trabalho ou em “contrato de emprego solidariedade”; dois terços trabalhavam para empresas ou uma administração pública, frequentemente em regime de contrato temporário, contrato de duração determinada ou em contrato de auxílio.”

Na análise da questão aberta colocada ao fim da pesquisa de 2001 (*o sr/sra gostaria de acrescentar alguma informação que este questionário não solicitou?*), Gaël de Peretti (2006) mostrou que os sem domicílio indicavam a habitação como o seu maior problema, seguido pela questão do emprego.

Entretanto, no decorrer da sua vida, a maior parte dos sem domicílio tinha trabalhado continuamente por, ao menos, seis meses. Era o caso de 82% das pessoas que tinham um emprego no momento da pesquisa, 77% dos desempregados e 66% dos inativos.

A saúde

Em 2001, os sem domicílio se consideravam, com mais frequência, com problemas de saúde que a população em geral, pois somente a metade deles se declarava em boa ou muito boa condição de saúde, contra 80% da população com moradia (GUIOT DE LA ROCHÈRE, 2003^a. Totalizando os períodos da vida em que uma pessoa dormiu em um lugar não previsto para habitação, esse período (tabela 5: “Duração do período na rua”) está fortemente correlacionado com uma declaração de saúde precária. Um longo período na rua corresponde também a uma declaração mais elevada de um número de doenças graves ou crônicas (tabela 6, PERETTI, 2008b).

Depois de janeiro de 2000, o acesso aos cuidados médicos das pessoas de baixa renda foi facilitado graças à Couverture Médicale Universelle¹² – CMU e, para as outras pessoas, graças à Aide Médicale d’Etat – AME.¹³

¹² Cobertura Medical Universal.

¹³ Auxílio médico do Estado.

A CMU estende a cobertura médica gratuita às pessoas cujos recursos são inferiores a certa quantia. Existe uma CMU de base para aqueles que não podem ser cobertos de outra forma e uma CMU “complementar” para contribuir para os custos da parte não paga pelo sistema de Seguro Social. De fato, segundo a pesquisa SD2001, somente 8% dos sem domicílio francófonos não tinham nenhuma cobertura médica, dos quais sete em cada dez eram estrangeiros; 60% eram beneficiários da CMU, de base ou complementar (GUIOT DE LA ROCHERE, 2003a). Para completar, a CMU, o auxílio médico do Estado, ou AME, estende a cobertura médica aos pobres que não preenchem as condições de estabilidade e legalidade de estada na França.

Entretanto, mesmo tendo em vista esses progressos no acesso à saúde, a maior parte dos casos de doenças entre os sem domicílio, com frequência não era acompanhada de recursos para auxílio médico, à medida que suas consultas médicas não eram muito diferentes daquela da população em geral. 22% dos sem domicílio não usavam óculos ou lentes, embora tivessem necessidade, contra 8% das pessoas com moradia. Somente a hospitalização era mais frequente nesse grupo: 31% dos sem domicílio tinham sido hospitalizados no ano anterior, contra 10% das pessoas com moradia. Pode-se ver, portanto, o efeito de um recurso, ainda que pequeno, para a saúde e para as dificuldades financeiras, considerando que as patologias se agravam em determinadas condições de falta de recursos (PERETTI, 2008b).

Enfim, o consumo de álcool foi estudado por François Beck, Stephane Legleye e Stalislav Spilka (2006), segundo os quais o alcoolismo dos sem domicílio não estava tão presente no seu percurso quanto se imagina. Entretanto, a proporção de pessoas aparentando importantes riscos de dependência com relação ao álcool era mais elevada entre os sem domicílio que na população em geral, particularmente entre aqueles que estavam em situação mais difícil.

As trajetórias no ano anterior à pesquisa

Dois terços dos sem domicílio já tinham vivido em moradias em que eles eram locatários ou proprietários. Aqueles que declararam jamais ter tido uma moradia pessoal eram mais jovens (44% tinham menos de vinte e cinco anos contra 21% no conjunto da população sem domicílio), não haviam tido uma moradia própria depois da casa de seus pais, de sua família de acolhimento ou das instituições onde eles foram colocados durante sua juventude.

Entre aqueles que tinham tido moradia pessoal, 35% a haviam deixado porque estavam separados de seu cônjuge¹⁴. 19% porque haviam muda-

¹⁴ Os entrevistados poderiam dar várias respostas a essa questão.

do de cidade, de região ou de país e 19%, porque não podiam pagar aluguel, as taxas e outros encargos.

A pesquisa de 2001 permitia, também, seguir mês a mês o percurso residencial das pessoas entrevistadas (sem domicílio e outros usuários dos serviços de refeições), entre janeiro de 2000 e janeiro de 2001. A cada mês sabia-se qual a situação da moradia principal da pessoa. Gaël de Peretti (2006b) reagrupou essas situações nas seguintes categorias:

- residência: centro de acolhida ou lugar reservado a título de urgência em casa de jovens trabalhadores (FJT), em casa de trabalhadores imigrantes (FTM) ou em residência social;
- em moradia precária: casa com estatuto de residência, instituição (prisão, hospital, caserna...) moradia invadida ou ocupada a nenhum título;
- em moradia onde a pessoa era proprietária, locatária, sublocatária ou num quarto de hotel pago por ela mesma;
- em um lugar não previsto para habitação.

O autor da pesquisa estabeleceu uma tipologia a partir de uma classificação ascendente e hierárquica. Distinguiu, assim, oito classes de trajetórias, que ele relacionou com as características das pessoas sem domicílio em questão:

14% dos usuários dos serviços de acolhimento e de distribuição de refeições tiveram uma trajetória qualificada de “moradia de ajuda estável” e ocupavam tal alojamento no momento da pesquisa, o que aconteceu na maior parte do ano corrente. As mulheres, as pessoas com crianças e os casais estavam super-representados nesta categoria, o mesmo acontecendo com aqueles que tinham um emprego ou recebiam uma ajuda financeira (auxílio moradia, desemprego, auxílio de pais sozinhos, auxílio moradia, auxílio familiar).

16% dos usuários tinham uma trajetória qualificada de “em centro de acolhida estável.” Três quartos viviam em centros sem necessidade de partida pela manhã e tinham morado, principalmente, em centros de acolhida no ano anterior. Tratava-se, principalmente, de homens, de pessoas mais idosas e de pessoas que ocupavam um emprego mais do que no restante da população de usuários.

28% dos usuários foram qualificados de “recentemente sem domicílio”, porque eles estavam, em grande maioria, em moradia de ajuda ou em hotel na véspera da pesquisa, eles tinham passado a maior parte do ano anterior em moradia própria (52%) ou em casa de uma pessoa da família ou de amigos (38%). Isso quer dizer que eles haviam se tornado moradores de rua pouco tempo antes da pesquisa e não eram moradores de rua sem domicílio no sentido do levantamento SD2001; em geral, eles não tinham morado na rua e eram mais jovens que a média dos entrevistados. As mulheres e as famílias, nesse caso, eram também mais numerosas.

9% dos usuários dos serviços entrevistados, qualificados de “chegados da rua”, tiveram um percurso residencial próximo ao dos “sem domicílio recentes”, mas eram mais frequentemente abrigados em centros com saída obrigatória pela manhã. Suas características pessoais diferiam, porque se tratavam, sobretudo, de homens, de pessoas sós e desempregadas. Eles tinham, frequentemente, dormido em um lugar não previsto para habitação em um momento ou outro de seu percurso, eles tinham, com menos frequência; recebido ajuda financeira e estavam, com mais frequência sem renda.

A classe qualificada como “morador de rua” corresponde às trajetórias de 7% dos usuários dos serviços, em que seis em cada dez estavam na rua na véspera da pesquisa (quer dizer, dormindo em lugar não previsto para habitação) e perto de três quartos se encontravam principalmente nessa situação no ano anterior à pesquisa. Mais que os outros usuários, as pessoas dessa classe de entrevistados eram homens, pessoas sós, desempregados, que viviam de doações ou da renda mínima de inserção (RMI) e 57% deles haviam passado dois anos ou mais na rua.

Os “sem domicílio, no sentido mais amplo” (7% dos usuários) são pessoas que não eram sem domicílio no sentido dado pela pesquisa, mas pessoas que não tinham moradia pessoal: pessoas que eram abrigadas por amigos ou membros da família, os habitantes de moradias invadidas etc.

No curso do ano passado, dois terços tinham estado, principalmente, alojados por uma terceira pessoa. Essa classe é, sobretudo, caracterizada pela super-representação das pessoas de nacionalidade estrangeira (53% contra 29% dos usuários dos serviços). Trata-se, sobretudo, de homens e de pessoas sozinhas. Segundo Gaël de Peretti, essa classe agrupava “pessoas estrangeiras acolhidas pela família e que estavam à espera da regularização de sua situação, ou que, em função dos poucos recursos disponíveis, retornavam à utilização dos serviços de refeições quentes.” (2006, p. 48).

A classe “moradia precária” agrupa 7% dos usuários caracterizados pelas múltiplas mudanças de tipo de domicílio, tendo em 2000 ocupado, principalmente, uma situação de moradia precária (casa, instituição como hospital ou a prisão, casa invadida). Em maior proporção que os outros usuários, eram homens vivendo sós desde a infância.

A classe de “locatários” (12% dos usuários) é constituída de pessoas que utilizavam os serviços de distribuição de refeições, mas que dispunham de uma moradia própria (locatários e alguns proprietários) ou alugavam um quarto de hotel. Trata-se, sobretudo, de homens de idade, aposentados ou inválidos, que tinham frequentemente estado antes sem domicílio.

OS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS QUE NÃO SÃO SEM DOMICÍLIO

De fato, como foi constatado, este tipo de pesquisa permite igualmente tocar uma fração da população alojada, mas pobre e que deve frequentar os lugares de distribuição de refeições para sobreviver (e, em particular, para conservar sua moradia). Maryse Marpsat (2006) estudou, particularmente, essa parte dos usuários. Apesar da renda um pouco mais elevada, proveniente, em geral, de uma aposentadoria ou de um auxílio financeiro para pessoas com deficiência, seus recursos as limitavam a moradias de má qualidade. A ajuda de diferentes organismos e de particulares lhes era necessário para compensar os pequenos recursos e suas más condições de moradia (por exemplo, pessoas que iam fazer uma refeição quente por não terem cozinha ou lavarem a roupa num centro de acolhimento diurno porque não dispunham de uma máquina de lavar). Segundo as respostas das questões abertas do questionário, a frequência dos centros de acolhimento diurno e de distribuição de refeições tinha também uma função social e permitia existir algum diálogo com os voluntários, os assistentes sociais e as outras pessoas acolhidas.

CONCLUSÃO

Em um artigo tendo por base as questões da pesquisa Moradia de 2006, relativa à população ocupando uma moradia comum, Marpsat e Peretti (2009) mostraram que, em torno de

2.500.000 de pessoas adultas dispo de uma moradia, ou seja, uma pessoa em cada vinte se encontrara sem moradia pessoal no decorrer de sua vida e que, entre elas, em torno de

540.000 tinham conhecido a rua ou os serviços de acolhimento. Acrescentem-se, ainda, algumas pessoas que não tendo moradia, não a conseguiram e, portanto, continuam em situação de morador de rua ou morreram nesta situação. Essa situação não é, portanto, um fenômeno marginal e se pode, com legitimidade, perguntar-se quem, num contexto global de tensão sobre o mercado de trabalho e sobre o de moradia, será a maior vítima. A pesquisa de 2001 junto aos usuários dos serviços de acolhimento e de distribuição de refeições mostrou que algumas características se encontravam mais frequentemente relacionadas aos sem domicílio do que às pessoas que dispunham de moradia própria; uma proporção maior de pessoas que conheceram as rupturas familiares precoces (internação, morte dos pais), sem cônjuge, com uma fraca formação inicial e originária de um meio social modesto. Se um terço dos sem domicílio trabalhavam, eles com frequência ocupavam empregos que exigiam pouca qualificação e de pouca estabilidade. Aqueles que estavam desempregados, com frequência, o estavam há

muito tempo. Apesar do acesso aos cuidados médicos ter melhorado em consequência das recentes disposições da MCU, o estado de saúde dos sem domicílio deixava a desejar.

É importante ressaltar, também, que há uma grande diversidade na trajetória dos sem domicílio. Os solicitantes de asilo não têm direito a trabalhar, as pessoas sem documentos também não, o que é um obstáculo para encontrar moradia, mesmo para aqueles com formação inicial de bom nível, que encontrariam trabalho se tivessem esse direito. Alguns estrangeiros em situação regular descrevem as práticas discriminatórias por que passam para encontrar emprego ou moradia. Um grande número de mulheres perdeu sua moradia em consequência de violências conjugais, jovens não puderam encontrar moradia após uma ruptura familiar ou de terem deixado a casa onde foram colocados. Um pequeno número de sem domicílio sofre de distúrbios mentais graves, difíceis de tratar nas condições de vida que prevalecem entre os que vivem em situação de rua.

Essas diferentes características - ser mulher acompanhada de crianças, estrangeiro com ou sem documentos ou ser jovem - são situações que podem funcionar, tanto como vantagem ou como desvantagem no acesso a auxílios financeiros ou aos diferentes recursos que a população sem domicílio utiliza para manejar as suas circunstâncias e levar a vida com condições mais ou menos aceitáveis. Por exemplo, ser uma mulher acompanhada de filhos dá acesso prioritário a diversos serviços, em particular, à moradia de melhor qualidade. Em 2001, podia-se constatar certa hierarquização dos modos de conseguir ajuda, em particular moradia, que corresponde às diferenças entre a própria população. Essas diferenças eram, em parte, o resultado do modo de moradia: o número de pessoas tendo um emprego relativamente estável aumentava quando se passava do acolhimento de urgência a moradia de longa duração, o que era, em parte, resultado da ação dos assistentes sociais, presentes nestes últimos centros que buscavam reinserir as pessoas, mas que era, também, o resultado de uma seleção preliminar, tendo em vista que aqueles que tinham um emprego tinham também as melhores chances de ter acesso às formas de moradia mais estáveis. Isso fica, particularmente, mais claro levando em consideração o fato de o nível de formação (adquirido antes de qualquer ação dos assistentes sociais) ser mais elevado nos centros de longa duração.

Enfim, para as pessoas que não conseguiam sair do acolhimento de urgência, seja porque não havia lugar no acolhimento de longa duração, seja porque suas características (presença ilegal na França, consumo de drogas) tornavam o acesso a esses centros particularmente difícil ou, mesmo, impossível; as condições de vida na rua são tais que a saúde física e mental se deteriora, tornando ainda mais difícil para essas pessoas o retorno a uma moradia.

Depois do movimento dos “Don Quixote”, durante o qual os moradores de rua, dormindo em tendas, ocuparam uma parte de Paris, com a palavra de ordem “uma tenda, uma chave”, a lei DALO, de 5 de março de 2007, define seis categorias prioritárias para um realocamento, com possibilidade de recurso diante de uma comissão mediadora. Essa lei prevê, também, que as pessoas acolhidas em centros de urgência podem aí permanecer, se elas assim o desejarem, até que uma solução durável lhes tenha sido proposta (“princípio de continuidade”), o que provoca o não fechamento de alguns lugares até a época do inverno. De acordo com a circular de 19 de março de 2007, o acolhimento em hotel não deve ser considerado como moradia ou acolhimento estável, com exceção dos estabelecimentos hoteleiros com vocação social. Ainda para aumentar os benefícios das decisões de 8 de janeiro de 2007, o Plan d’Action Renforcé pour les Sans Abri (PARSA) prevê a extensão dos horários de abertura dos lugares de acolhimento de urgência e modificações no dispositivo de acolhimento, para criação de lugares de “estabilização” ou transformação dos antigos lugares de urgência.

Entretanto, a passagem em direção ao acolhimento continua difícil em razão das tensões do mercado de moradia em certas regiões e o princípio de “moradia em primeiro lugar” (*Housing first*) que estrutura a nova política de acolhimento e acesso à moradia nem sempre pode ser colocado em ação, enquanto as restrições recentes em relação ao financiamento colocarem certas associações em situação difícil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARDILLY, P.; LE BLANC, D. Sampling and weighting a survey of homeless persons: a French example. *Survey Methodology*, vol. 27, n.1, p. 109-118, 2001.

AVENEL, M.; DAMON, J. Les contacts avec les intervenants sociaux des sans-domicile usagers des services d’hébergement et de distribution de repas chauds: quels recours aux institutions et aux professionnels des secteurs sanitaire et social? *Études et Résultats*, Drees, n° 277, déc. 2003. Disponível em: <http://www.sante.gouv.fr/IMG/pdf/er277.pdf>

BECK, F.; LEGLEYE, S.; SPILKA, S. L’alcoolisation des personnes sans domicile: remise en cause d’un stéréotype. *Économie et Statistique*, numéro spécial sur les sans-domicile, présentation de l’enquête SD2001, n°391-392, p. 131-149, 2006. Disponível em francês:

<http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/sommaire.asp?codesage=ECO391&nivgeo=0>

em inglês: http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/docs_doc_travail/Docf0906.pdf

BROUSSE, C. ; La ROCHERE, B. GUIOT de; MASSE, E. Hébergement et distribution de repas chauds: le cas des sans domicile. *Insee Première*, n°823, jan. 2002a. Disponível em: http://www.insee.fr/fr/ffc/docs_ffc/IP823.pdf

_____. Hébergement et distribution de repas chauds : qui sont les sans domicile usagers de ces services. *Insee Première*, n° 824, jan. 2002b. Disponível em: http://www.insee.fr/ffc/docs_ffc/IP824.pdf

_____. L’enquête sans-domicile 2001, INSEE, coll. INSEE-Méthodes, n°116, 2006. <http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/sommaire.asp?codesage=IMET116&nivgeo=0>

BROUSSE, C. Devenir sans-domicile, le rester : un problème lié à l'accès au logement ou à la rupture des liens sociaux et familiaux ? *Économie et Statistique*, numéro spécial sur les sans-domicile, présentation de l'enquête SD2001, n°391-392, p. 35-64, 2006b. Disponible em:

<http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/sommaire.asp?codesage=ECO391&nivgeo=0>
em inglês: http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/docs_doc_travail/Docf0906.pdf

_____. Le réseau d'aide aux sans-domicile: un univers segmenté. *Économie et Statistique*, numéro spécial sur les sans-domicile, présentation de l'enquête SD2001, n°391-392, p. 15-34, 2006a. Disponible em:

<http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/sommaire.asp?codesage=ECO391&nivgeo=0>
em inglês: http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/docs_doc_travail/Docf0906.pdf

BURT, M. R. ; COHEN, B. Feeding the homeless : does the prepared meals provision help? Washington (D.C.): The Urban Institute, 1988.

DAMON, J. *La question SDF*. Critique d'une action publique. Paris : PUF, collection Le Lien Social, 2002a.

_____. Les SDF, de qui parle-t-on ? Une étude à partir des dépêches AFP. *Population*, vol. 57, n°3, p. 569-582, 2002b.

DENNIS, M. L; IACHAN, R. A multiple frame approach to sampling the homeless and transient population. *Journal of Official Statistics*, 9 (4), p. 747-764, 1993.

FIRDION, J.-M. Influence des événements de jeunesse et héritage social au sein de la population des utilisateurs des services d'aide aux sans-domicile. *Économie et Statistique*, numéro spécial sur les sans-domicile, présentation de l'enquête SD2001, n°391-392, p. 15-34, 2006. Disponible em: <http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/sommaire.asp?codesage=ECO391&nivgeo=0>
em inglês: http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/docs_doc_travail/Docf0906.pdf

FIRDION, J.-M.; MARPSAT, M. Une enquête sur échantillon représentatif des utilisateurs des services destinés aux personnes sans domicile. In: MARPSAT, Maryse; FIRDION, Jean-Marie (Dir.). *La rue et le foyer: une recherche sur les sans-domicile et les mal-logés dans les années 90*, Paris: PUF/INED, 2000. p. 151-192.

_____. La statistique des sans-domicile aux États-Unis. *Courrier des Statistiques*, n°71-72, déc. 1994.

FIRDION, J.-M. ; MARPSAT, M. A research program on homelessness in France. *Journal of Social Issues*, numéro spécial sous la direction de Paul Toro, International Perspectives on Homelessness in Developed Nations, n°3, vol. 63, p. 567-588, 2007.

JOIN-LAMBERT, M.Th. Une enquête d'exception. Sans-abri, sans-domicile : des interrogations renouvelées (introduction). *Économie et Statistique*, numéro spécial sur les sans-domicile, présentation de l'enquête SD2001, n°391-392, p. 3-14, 2006. Disponible em:

<http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/sommaire.asp?codesage=ECO391&nivgeo=0>
en anglais http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/docs_doc_travail/Docf0906.pdf

KOVES, V.; MANGIN-LAZARUS, C. La santé mentale des sans-abri dans la ville de Paris. Paris: Association l'Élan Retrouvé, déc. 1996.

La ROCHERE, B. GUIOT de. La santé des sans-domicile usagers des services d'aide. *Insee Première*, n°893, avr. 2003a. Disponible em: http://www.insee.fr/fr/ffc/docs_ffc/IP893.pdf

_____. Les sans-domicile ne sont pas coupés de l'emploi, *Insee Première*, n°925, oct. 2003b. Disponible em: http://www.insee.fr/fr/ffc/docs_ffc/IP925.pdf

LAVALLÉE, P. Le sondage indirect, ou la méthode généralisée de partage des poids. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles/Paris: Ellipses, 2002

LAVALLÉE, P. Indirect sampling. New York: Springer, 2007.

MARPSAT, M. L'enquête de l'Insee sur les sans-domicile : quelques éléments historiques. *Courrier des Statistiques*, n°123, p. 53-64, jan.-avr. 2008a.

MARPSAT, M. (Dir.) The INED research on homelessness, 1993-2008, vol. 1. Paris: INED, Document de travail n°156, 2008b. Disponible em: http://www.ined.fr/fr/ressources_documentation/publications/documents_travail/bdd/publication/1369/ .

MARPSAT, M. Une forme discrète de pauvreté : les personnes logées utilisant les distributions de repas chauds. *Économie et Statistique*, numéro spécial sur les sans-domicile, présentation de l'enquête SD2001, n°391-392, p. 65-84, 2006. Disponible em:

<http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/sommaire.asp?codesage=ECO391&nivgeo=0>
em inglês: http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/docs_doc_travail/Docf0906.pdf

MARPSAT, M.; FIRDION, J.-M.; MERON, M. Le passé difficile des jeunes sans domicile. *Population et Sociétés*, n°363, déc. 2000.

MARPSAT, M.; FIRDION, J.-M. Les ressources des jeunes sans domicile et en situation précaire. *Recherches et prévisions*, n°65, p. 91-112, sep. 2001.

MARPSAT, M.; PERETTI, G. de. Une personne sur vingt s'est retrouvée sans logement personnel au cours de sa vie. INSEE-Première, n°1225, février 2009. Disponible em:

http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?reg_id=0&ref_id=ip1225

MARPSAT, M.; QUAGLIA, M.; RAZAFINDRATSIMA, N. Les sans-domicile et les services itinérants. ONPES, Travaux de l'Observatoire 2003-2004, p. 255-290, 2004.

MARPSAT, M.; RAZAFINDRATSIMA, N. Methodological innovations online, numéro spécial bilingue (français et anglais) sur les enquêtes auprès des populations difficiles à joindre. vol.5, n°2, 2010. Disponible em: <http://www.methodologicalinnovations.org>

MONROSE, M. Les contacts familiaux et amicaux des personnes sans domicile. DREES, *Études et Résultats*, n°311, mai 2004. Disponible em: <http://www.sante.gouv.fr/IMG/pdf/er311.pdf>

PERETTI, G. de. Les « sans-domicile » : des stéréotypes à nuancer, document de travail disponible auprès de l'auteur. Disponible em: gael.de-peretti@insee.fr, 2008a.

PERETTI, G. de. Les « sans-domicile » : des stéréotypes à nuancer, *Recherches et Prévisions*, n°94, p 114-120, décembre 2008b. Disponible em:

[http://www.cnaf.fr/web/WebCnaf.nsf/090ba6646193ccc8c125684f005898f3/d55877915668715ac1257528005a290c/\\$FILE/RP94-G%20de%20Peretti.pdf](http://www.cnaf.fr/web/WebCnaf.nsf/090ba6646193ccc8c125684f005898f3/d55877915668715ac1257528005a290c/$FILE/RP94-G%20de%20Peretti.pdf)

PERETTI, G. de. Les usagers ont-ils quelque chose à ajouter ? *Économie et Statistique*, numéro spécial sur les sans-domicile, présentation de l'enquête SD2001, n°391-392, p. 151-175, 2006a. Disponible em: <http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/sommaire.asp?>

[codesage=ECO391&nivgeo=0](http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/docs_doc_travail/Docf0906.pdf) en anglais http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/docs_doc_travail/Docf0906.pdf

PERETTI, G. de. Sans-domicile : une cible mouvante - une typologie des histoires résidentielles, *Recherches et prévisions*, n°85, p 39-50, sep. 2006b. Disponible em: [http://www.cnaf.fr/web/WebCnaf.nsf/090ba6646193ccc8c125684f005898f3/dba9e709d377c7bec12572a4003ab60c/\\$FILE/RP85-Gael%20de%20Peretti.pdf](http://www.cnaf.fr/web/WebCnaf.nsf/090ba6646193ccc8c125684f005898f3/dba9e709d377c7bec12572a4003ab60c/$FILE/RP85-Gael%20de%20Peretti.pdf)

PERETTI-WATEL, P. Lien social et santé en situation de précarité : état de santé, recours aux soins, abus d'alcool et réseau relationnel parmi les usagers des services d'aide. *Économie et Statistique*, numéro spécial sur les sans-domicile, présentation de l'enquête SD2001, n°391-392, p. 115-149, 2006. Disponible em:<http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/sommaire.asp?codesage=ECO391&nivgeo=0> em inglês: http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/docs_doc_travail/Docf0906.pdf